

**RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES**

---

# Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira

**Autora: Michele Fernandes Lima**

**Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Maria Michelotto**

Esta pesquisa teve como objetivo recuperar a produção e participação de Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) no debate sobre a reforma universitária da década de 1960, como uma possibilidade de análise para discussões atuais sobre a reforma da educação superior no Brasil. A opção pelo estudo do pensamento político desse autor nas discussões acerca dos rumos da universidade na década de 1960 se deu por ter ele sido um dos membros ativos do processo das discussões sobre a Reforma Universitária, defendendo, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a proposta de uma universidade inovadora que propusesse soluções na direção de uma sociedade socialista. Nossa tese é que suas idéias são válidas e necessárias para o debate sobre a democratização da universidade, que ainda não foi concretizada, até porque a organização da sociedade brasileira está em desacordo com elas. Vieira Pinto afirmava, na década de 1960, que o problema da universidade brasileira estava relacionado aos que nela não podiam ingressar. Sua posição fica explícita no livro *A questão da universidade* (1962), publicado pela UNE (União Nacional dos Estudantes), que foi utilizado nesta pesquisa como objeto central de estudo. Buscamos realizar uma leitura dialética sobre a atualidade do pensamento de Vieira Pinto em relação à universidade e sua reforma. Para tal tarefa consideramos os seguintes elementos na investigação: as bases de sua formação intelectual, sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), sua participação ativa no debate pelas reformas de base na década de 1960, as diferentes preocupações e mudanças que foram ocorrendo em seu pensamento relacionadas à conjuntura e sua atuação no debate sobre os rumos do Brasil, desde 1945. Ao término da investigação, verificamos que a proposta de Álvaro Vieira Pinto para a universidade e sua reforma, mesmo circunscrita aos limites e contradições do capital, na década de 1960, nos permite observar que muitas lutas ainda permanecem. Esse pensador defendeu, como proposição central, a reforma dos conteúdos de classe na universidade. Considera que não se trata de “reformá-la” ou “mudá-la de forma”, mas sim de se criar um “reconteúdo” que possibilite às “massas” o ingresso ao domínio da cultura, a serviço dos seus próprios interesses.

Palavras-chave: Álvaro Vieira Pinto; Universidade; Reforma Universitária.

**RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES**

---

# As políticas de educação especial no estado do Paraná e a escola de educação básica na modalidade de educação especial

**Autora: Liliane Eremita Schenfelder Salles**  
**Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)**  
**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Laura Ceretta Moreira**

A presente pesquisa analisa a política de implantação da escola de educação básica na modalidade de educação especial no estado do Paraná, tendo como foco quatro escolas jurisdicionadas aos Núcleos Regionais de Educação do município de Curitiba e região metropolitana norte e sul. A perspectiva metodológica embasou-se na abordagem do ciclo de políticas (Bowe et al., 1992; Ball, 1994; Mainardes, 2007, Mainardes e Marcondes, 2009), bem como em autores que discutem a educação inclusiva (Carvalho, 2004, Mantoan, 2006; Fernandes, 2007; entre outros). O desenvolvimento da pesquisa abrangeu: 1) entrevistas semiestruturadas com profissionais da Secretaria de Estado da Educação/Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional; Diretores e Professores do ensino fundamental das escolas de educação básica na modalidade de educação especial; 2) análise de legislações nacionais e locais destinadas a educação especial e inclusiva; 3) leitura dos três contextos da abordagem do ciclo de políticas: da influência através da análise dos desdobramentos da política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; da produção de texto diante da política destinada aos alunos com deficiência proposta pelo estado do Paraná, considerando a Resolução n.º 3600/2011 e o contexto da prática, por meio das mudanças ocorridas com a alteração das escolas especiais, quanto aos aspectos pedagógicos e administrativos. Na análise de dados, constatou-se que: a) existem inúmeros desafios para a efetivação da política de inclusão, no Estado do Paraná; b) a política de implantação da escola de educação básica na modalidade de educação especial trouxe mudanças quanto aos aspectos administrativos; c) os aspectos pedagógicos ainda necessitam ser efetivados, principalmente no que tange a avaliação, currículo e projeto político pedagógico; d) a escola de educação básica na modalidade de educação especial é um espaço importante e necessário para o público com alto comprometimento; e) inúmeras dificuldades para que o contexto da produção de texto se efetive no contexto da prática, o que dificulta a implantação da Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial. Destaca-se, por fim, que a Escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial é um processo em construção, que ainda demanda muitas discussões e avaliações, considerando em especial a definição do público a que se destina e sua identidade educacional.

Palavras-chave: Política educacional. Inclusão. Educação básica. Educação especial.

**RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES**

---

# A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil

**Autora: Arleandra Cristina Talin do Amaral**

**Nível: Doutorado (PPGE/UFPR)**

**Orientador: Prof Dr Paulo Vinícius Baptista Silva**

O presente trabalho buscou compreender a construção da identidade étnico-racial no cotidiano da educação infantil. Para tanto, foi escolhido para a realização da pesquisa de campo um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, na cidade de Curitiba. Os sujeitos privilegiados foram crianças de 3 a 5 anos, que frequentavam as turmas de Maternal III e Pré I, bem como os professores e educadores que atuavam na instituição no ano de 2012. Como metodologia, optou-se por desenvolver uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, que teve a observação como principal instrumento de coleta de dados, além da aplicação de questionário para os docentes. O marco referencial está articulado com uma concepção que identifica a criança como um sujeito social, atuante, capaz de posicionar-se frente às experiências vivenciadas. O texto destaca a instituição de educação infantil como uma possibilidade para as crianças de 0 a 5 anos viverem suas infâncias. Discute as relações étnico-raciais, retratando algumas das peculiaridades desse processo no Brasil, onde ainda, amiúde, impera o mito da democracia racial. Defende que a noção de identidade é socialmente construída, assim, o foco principal foi analisar o modo como as crianças percebem, entre elas e junto aos adultos, as questões ligadas às relações étnico-raciais, verificando as possibilidades que elas têm de construir sua identidade étnico-racial no cotidiano do CMEI. Como resultado da pesquisa, destaca-se que os posicionamentos das crianças quanto às relações étnico-raciais, bem como suas vivências cotidianas no CMEI, indicaram que: a organização dos espaços e ambientes é ainda muito pautada em um ideário que valoriza a branquidade normativa; existe uma predileção, por parte de adultos e crianças, pelo padrão que interpreto com o conceito de estética ariana, ou seja, padrão nórdico com, além de pele clara, cabelos loiros e olhos azuis; as crianças negras expressam desconforto em relação ao seu pertencimento étnico-racial, principalmente quanto ao tom da pele e a estrutura dos cabelos; já as crianças brancas se mostram assertivas e com condutas de demonstração de segurança, autoconfiança, iniciativa e predisposição a contatos mais frequentes com adultos não familiares; crianças negras e brancas classificam as bonecas pretas como “feias” e nas brincadeiras não existe segregação em função de critérios raciais, negros e brancos brincam juntos, no entanto, em alguns momentos foi possível notar hierarquização de papéis escolhidos e desempenhados pelas crianças. Como considerações finais, ressalta-se que o espaço não dá visibilidade às características da população negra, pois oferece um ambiente social com alternativas amplas de “outro generalizado” para as crianças brancas e alternativas limitadas ao padrão branco para as crianças negras. E reitera-se a emergente necessidade de formação continuada sobre a educação das relações étnico-raciais para os professores e educadores da educação infantil.

Palavras-chave: Infâncias. Crianças. Educação Infantil. Identidade. Relações Étnico-raciais.

**RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES**

---

# Políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC

**Autora: Thaís Regina de Carvalho**

**Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)**

**Orientador: Prof Dr Paulo Vinícius Baptista Silva**

Este estudo tem como foco analisar as políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC. Nossa pesquisa guiou-se pela seguinte indagação: Quais as possibilidades, limites, dificuldades e contradições nas formas de interpretação, de implantação e tradução das políticas de promoção da igualdade racial na rede de educação infantil de Florianópolis/SC? Para a realização da investigação optamos pela abordagem do Ciclo de Políticas (Ball; Bowe, 1992, 1994), focando a análise nos Contexto de Influência, Contexto da Produção de Texto e Contexto da Prática. A pesquisa está ancorada nos estudos sobre educação infantil e relações raciais, promoção da igualdade racial, branquidade e desigualdades educacionais. Para a coleta de dados realizamos entrevistas semiestruturadas com as gestoras da Diretoria de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC, aplicação de questionários, via endereço eletrônico, para as/os diretoras/es das unidades de educação infantil da rede pública, análises dos documentos voltados para a educação infantil organizados Secretaria Municipal de Educação e pelo Ministério da Educação, informações sobre formação e aquisição de obras literárias. Em relação ao Contexto de Influência, analisamos aspectos da formação étnico-racial de Florianópolis/SC, as ações dos/as gestores/as e dos movimentos sociais negros presentes nas arenas de definições sobre as políticas. Sobre o Contexto da Produção de Texto analisamos os documentos municipais e constatamos que o debate sobre diversidade não está silenciado. Esse está posto de forma mais detalhada e com termos mais específicos em alguns documentos como no “Plano Municipal de Educação - Eixo Educação das Relações Étnico-Raciais (2009)” e “Orientações Curriculares da Educação Infantil (2011)” e de maneira episódica nas “Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010)”. Observamos que os documentos de construção mais aberta à participação têm proposições mais elaboradas de educação das relações étnico-raciais. A respeito do Contexto da Prática, conforme as entrevistas com as gestoras, questionários das diretoras, e demais informações coletadas na pesquisa, verificamos que em meio a avanços, continuidades e rupturas a Diretoria de Educação Infantil apresenta uma concepção de políticas de promoção da igualdade racial que versa sobre a inclusão da temática nas diversas especificidades da educação infantil, bem como valorização e respeito às diferenças. Observa-se que as políticas de promoção da igualdade racial da Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis foram postas em movimento, apresentando avanços e deparando-se com resistências.

Palavras-chave: Políticas de promoção de igualdade racial. Educação infantil. Políticas educacionais. Relações étnico-raciais. Gestão Educacional.

**RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES**

---

# A política de educação especial do município de Pinhais/PR (2008-2011) e o direito à educação inclusiva

**Autora: Maria Da Glória Lima Pereira Vernick**  
**Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)**  
**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Evelcy Monteiro Machado**

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as políticas públicas de educação especial. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa sobre as políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, implementadas na rede municipal de Pinhais – PR, no período de 2008 a 2011, estabelecendo-se relação com a efetivação do direito à educação. O trabalho está organizado em três partes além da introdução e considerações finais. Na primeira são apresentadas discussões sobre o direito à educação e, em especial, o direito à educação para as pessoas com deficiência. Situa o direito à educação escolar como direito social e como condição fundamental para acesso aos outros direitos humanos. Apresenta-se o movimento histórico sobre a política nacional referente aos alunos com deficiência até a aprovação da Constituição Federal de 1988 (CF). As principais referências teóricas utilizadas são: Bobbio (2004), Cury (2002), Mazzotta (2011), Jannuzzi (2004). A segunda parte discute a inserção do discurso da educação inclusiva no Brasil que a partir da década de 90 do século XX, influenciada por declarações e acordos internacionais, defende o direito à educação para as pessoas com deficiência em escolas comuns do ensino regular. Nesta parte, as principais referências teóricas são: Jannuzzi (2004) e Garcia (2004). A terceira parte, apresenta o “lôcus da pesquisa”, nos seus aspectos históricos, geográficos, políticos e educacionais, bem como os resultados e a análise dos dados sobre a implementação da política de educação inclusiva na rede municipal de educação de Pinhais e a configuração da educação especial tomando como referência as categorias de análise: Serviços da educação especial e apoio e Formação inicial e continuada. Foram analisadas leis, decretos, resoluções, deliberações e instruções normativas que norteiam as políticas de educação especial no município pesquisado, estabelecendo-se um diálogo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a). Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e de questionários com questões abertas. Foram entrevistadas a gestora da Educação Especial e Inclusão do município, a Coordenadora do Centro de Atendimento às Deficiências Sensoriais, diretoras de 6 escolas municipais de ensino fundamental (anos iniciais) e a diretora da Escola Municipal de Educação Básica, na modalidade educação especial. Os questionários foram respondidos por 16 professoras e 3 pedagogas das escolas regulares e 6 professoras da escola especial. Para análise, os dados coletados foram organizados em categorias e subcategorias tendo como referência a análise de conteúdo de Bardin (2011). A pesquisa aponta que com a garantia do acesso à educação dos alunos com deficiência, o Sistema Municipal de Educação de Pinhais vem se estruturando para atender estes alunos nas classes comuns do ensino regular. A política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no município está em processo, mas persistem desafios. Dentre eles, a questão da formação continuada dos docentes relacionada a necessidades evidenciadas na prática que incluam também revisão de conceitos e posturas.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Educação Especial. Direito à educação. Política de Educação Inclusiva.

**RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES**

---

# Educação de jovens e adultos: políticas públicas no município de Pinhais (2009-2012)

**Autora: Antonia Lucy Lima Maia**

**Nível: Mestrado (PPGE/UFPR)**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Evelcy Monteiro Machado**

Trata-se de um estudo sobre as políticas educacionais para os anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos, EJA, no município de Pinhais no período de 2009 a 2012. Procurou esclarecer quais políticas foram implementadas no município para a modalidade com vistas a atender e cumprir a meta de superação do analfabetismo. O estudo é de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa. Objetiva analisar a contribuição das políticas na efetivação do direito à educação, às condições de acesso, permanência e continuidade dos estudos com vistas à transformação social e exercício da cidadania. Está organizado em partes. Na primeira, “do direito à educação ao desafio da superação do analfabetismo no Brasil” ressalta-se que a educação, decorrente da evolução dos direitos humanos, além de ser direito social, é pré-requisito para o usufruto dos demais direitos. A segunda intitulada “políticas públicas para a educação de jovens e adultos no Brasil” destaca essa modalidade de ensino permeada por lutas pela conquista de maiores direitos, ao longo de sua trajetória e que atualmente, no campo das políticas, novas ações podem favorecer a sua ressignificação. O capítulo “Políticas educacionais para os anos iniciais da educação de jovens e adultos no município de Pinhais- PR”, terceira parte do estudo, investiga o processo ocorrido em nível municipal visando estabelecer relações entre as políticas educacionais para a EJA e as políticas de efetivação dos direitos humanos e promoção de cidadania por meio do resgate de seu sentido político. As políticas públicas entendidas como conjunto de ações que o poder público realiza, visando o efetivo exercício da igualdade, base de toda ordem social e as garantias dos direitos, consideradas nesse estudo, são orientadas por princípios de emancipação e autonomia defendidos por Paulo Freire. Também fundamentam este estudo Arroyo (2005), Bobbio (2004), Boneti (2000), Beisiegel (1997), Cury (2005), Freire (1982), Gadotti (2003), Brandão (2001), Paiva (1997), Soares (2001), Di Pierro (2008), Haddad (2006), dentre outros. Para discutir as políticas educacionais para a EJA foram analisados documentos legais da área da educação a partir da Constituição de 1988 e da LDB de 1996; outros documentos de caráter infraconstitucional e a legislação municipal que trata das garantias para acesso, permanência e qualidade de ensino dessa modalidade. Para investigação do caso Pinhais foram coletados e analisados: documentos oficiais do município período de 2009 a 2012; registros sobre os alunos, nas escolas; dados sobre a EJA no município, com a coordenadora a partir de entrevista semi-estruturada e questionários. Na última parte foram tecidas considerações sobre as políticas implementadas no município com vistas a atender e cumprir a meta de superação do analfabetismo. Observa-se, finalmente, que para o município de Pinhais, considerado “território livre do analfabetismo” em 2012, apesar dos avanços apresentados persiste o desafio de melhorar o ensino fundamental, mantenedor permanente das demandas para a EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos; Direito à Educação.